

Coerência e Eficácia: Os Desafios das Relações UE-ACP em 2008

James Mackie, Sara Erlandsson, Franziska Jerosch, Eleonora Koeb e Andrea Pettit

Este *InBrief* procura identificar alguns dos principais debates que são esperados em 2008 e delinear o contexto em que estes se irão desenrolar. O objectivo não é prever os resultados, mas antes situar e enquadrar os debates da União Europeia sobre cooperação para o desenvolvimento, de forma a permitir que um vasto grupo de actores os possam acompanhar e neles participar.

Para os observadores europeus interessados nas questões africanas e do desenvolvimento, 2007 foi dominado por dois grandes debates que finalmente se juntaram no final do ano, por ocasião da Cimeira UE-África realizada em Lisboa. O objectivo deste evento era, nomeadamente, chegar a um acordo sobre a nova Estratégia Conjunta UE-África, que passou por várias fases de redacção e negociação durante o ano. Mas foi o outro debate, sobre comércio, que originou os momentos mais notáveis e o uso de linguagem mais forte durante a Cimeira. Desta forma, também é provável que tenha assinalado, inadvertidamente, o início de uma nova era nas relações euro-africanas, tal como os organizadores da Cimeira esperavam: uma nova era marcada por trocas de ideias mais directas entre os líderes.

A fâsca para alguns dos debates mais duros foi, naturalmente, a inquietação africana com os Acordos de Parceria Económica (APE), os quais são encarados por muitos africanos como uma imposição europeia. Subjacente a isto, contudo, está também o facto que muitos líderes africanos se sentem actualmente mais fortes no palco internacional. O crescente interesse internacional na energia e nos recursos naturais em África, o advento da China como um novo grande parceiro internacional, vários doadores emergentes que não pertencem ao grupo CAD-OCDE e que têm outras formas de fazer negócio, o interesse continuado do G-8 nos assuntos africanos, o consolidado interesse internacional nas reno-

vadas instituições africanas e o crescimento económico que se espera ter atingido 6% em 2007¹, são factores que reforçam a sua posição. Continuam, obviamente, a existir muitos problemas, mas o panorama para África melhorou nos últimos sete anos, desde a Cimeira do Milénio nas NU, e os líderes africanos podem, assim, permitir-se apontar algumas realidades internas às contrapartes europeias, embora estes não hesitem em retribuir. Consequentemente, a Cimeira de Lisboa pode ter marcado, de facto, o momento em que estes dois vizinhos de longa data começaram, finalmente, a tratar-se como parceiros, com algumas visões comuns e matérias de desacordo, mas trabalhando em conjunto para objectivos comuns, de uma forma menos contaminada pelo antiquado paternalismo e pela excessiva deferência.

A Cimeira UE-África foi um sucesso ao restabelecer as relações euro-africanas ao mais alto nível, com a presença de mais de 70 chefes de Estados (num total possível de 80). O meio político de Bruxelas terá, assim, que aceitar que estas relações continente-a-continente - como já acontece há alguns anos com a Ásia e a América Latina - irão dominar doravante as relações da União Europeia com os países em desenvolvimento, destronando outros quadros tradicionais como as relações UE-ACP.

1. A agenda da UE no contexto internacional

As preocupações europeias

Desta forma, a Cimeira de Lisboa define, em grande medida, o cenário para 2008. Resolver a questão dos APE permanecerá uma prioridade-chave e promete acessos debates. Irão ser definidos processos para implementar as oito parcerias UE-África da nova Estratégia Conjunta aprovada na Cimeira; será necessário estabelecer um sistema de monitorização para medir os progressos; estão já a iniciar-se as discussões sobre como financiar as parcerias.

Existem igualmente outras questões de vulto na agenda da UE. A principal é provavelmente a realização do Terceiro Fórum de Alto-Nível sobre a Eficácia da Ajuda, em Acra, de 2 a 4 de Setembro. Existe ainda a Segunda Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, a ter lugar em Doha no final do ano, para avaliar os progressos relativamente aos compromissos de Monterrey. A Europa tem um papel cimeiro em ambos os processos, pelo que as preparações irão certamente preocupar os Ministros de Desenvolvimento da UE e a Comissão Europeia ao longo do ano. Simultaneamente, o trabalho regular tem de ser feito: na área das relações UE-ACP, para além dos debates sobre os APE, os vários actores manterão uma atenção cuidadosa ao processo de ratificação - usualmente lento - do 10º FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento),

continuando a preparar-se para a data em que estes fundos serão desbloqueados.

No quadro mais alargado dos assuntos externos da UE, a ratificação do Tratado (Reformador) de Lisboa será uma questão permanente de interesse, uma vez que fornece as bases para reformas institucionais importantes nas relações externas da UE a partir do início de 2009. É provável que o ano de 2008 seja, portanto, um período de preparação de uma nova ordem nos assuntos externos da União. De qualquer forma, 2009 é um daqueles momentos recorrentes na 'dança de cadeiras' da UE, com as eleições parlamentares europeias e a nomeação de um novo colégio de Comissários. Desta vez, estas alterações serão acentuadas pelas novas posições estabelecidas pelo Tratado de Lisboa. No plano internacional, a principal novidade é o novo posto de Alto Representante da UE para a Política externa e de Segurança (ARPE), que será também vice-presidente da Comissão e será apoiado pelo projectado Serviço Europeu de Acção Externa. Contudo, o novo Presidente do Conselho Europeu a tempo inteiro deverá igualmente representar a União no plano internacional.

Em certa medida, os novos contornos do que irá acontecer estão já a ser revelados. Os três principais Estados-Membros da União Europeia – Alemanha, França e Reino Unido – têm agora líderes com uma abordagem dos assuntos internacionais forte e pró-activa e com vontade de trabalharem em conjunto. A França exercerá a Presidência da UE na segunda metade de 2008.

Embora a França e o Reino Unido tenham sido tradicionalmente os dois Estados-Membros da UE com a política africana mais pró-activa, Angela Merkel revelou-se com posições de princípio fortes sobre questões africanas, mais recentemente sobre o Zimbabué, na Cimeira de Lisboa. Pela sua parte, Nicolas Sarkozy tem dado alguns sinais de querer mudar a política francesa para África, por exemplo tentando normalizar as relações com o Ruanda. Defendeu igualmente mais lugares permanentes no Conselho de Segurança da ONU, incluindo um lugar para um Estado africano² e nomeou o primeiro governo francês que inclui ministros de descendência africana. Apesar disso, os seus discursos e acções sobre África têm dividido opiniões no continente e está

ainda por julgar o quanto ele irá realmente mudar a política francesa e quais os resultados. Gordon Brown tem mantido a posição intransigente do governo britânico sobre o Zimbabué, embora num tom menos proeminentemente que o seu predecessor, tendo continuado também a manifestar interesse directo em manter os níveis de APD e o enfoque nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Este nível de interesse e de envolvimento pró-activo dos líderes de três dos maiores Estados-membros da UE relativamente a África não é usual e pode criar um quadro construtivo para avanços na política europeia para este continente. Simultaneamente, embora Sarkozy encare claramente a União Africana como um dos parceiros-chave da Europa na cena internacional, propôs também uma União Mediterrânica que poderia constituir uma 'distracção' para uma maior cooperação UA-UE.³

Interesses internacionais em mutação

No plano global, 2008 assistirá a um conjunto de mudanças com repercussões importantes para as relações internacionais. Tanto a Rússia como os Estados Unidos passarão por eleições presidenciais. Enquanto para o primeiro isto poderá não significar grandes alterações, no caso dos EUA é provável que haja uma grande mudança ao nível da política externa. Verificaram-se já alterações importantes na política norte-americana para África no ano passado e será interessante observar se a nova administração irá procurar um envolvimento similar com o continente africano.

O FMI e o Banco Mundial nomearam novos Presidentes em 2007. Robert Zoellick, em funções no Banco desde Julho de 2007, mostrou já a sua ambição em ver a instituição, e mesmo todo o Grupo BIRD, aumentar a sua força e trabalhar de forma mais rápida e eficaz. Em 2008, deverão surgir algumas indicações sobre a evolução no âmbito destas prioridades. Da mesma forma, Dominique Strauss-Kahn, no FMI desde Novembro, deverá fornecer mais pormenores sobre os seus compromissos de reformar e dar nova energia àquela instituição, em particular revendo o seu papel tradicional de credor de último recurso. Em 2007, no seguimento da desilusão geral sobre a forma como os dois líderes foram, mais uma vez,

nomeados no meio do habitual *quid pro quo* pelos Estados Unidos e os Estados-membros da UE, ambos serão atentamente observados nos seus passos para pressionar as instituições respectivas e os seus membros com vista a reformarem os procedimentos de selecção para os seus sucessores. Esta questão, juntamente com a reforma dos direitos de voto, é um dos assuntos mais quentes que estes presidentes terão de enfrentar relativamente à questão de *accountability*.

A Ronda de Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC) deveria ter sido concluída em 2005, mas os membros têm sido incapazes de superar até agora as divergências que os têm dividido durante anos. Verificaram-se alguns progressos desde que as negociações recommençaram no passado Julho, mas continuam a existir diferentes posições sobre o acesso a mercados para produtos agrícolas e não-agrícolas. A eleição presidencial nos Estados Unidos pode impedir ainda mais os diplomatas norte-americanos de fazerem grandes concessões em 2008. A União Europeia, por outro lado, pode utilizar os APE interinos para demonstrar que leva a sério as regras da OMC e que resolveu as questões pendentes, argumentando que outros deverão agora avançar. Todas as partes terão de mostrar um forte compromisso para chegarem a acordo em 2008.

No continente africano, uma nova equipa de Comissários, liderada por Jean Ping, o Vice-Primeiro Ministro gabonês dos Negócios Estrangeiros, foi escolhida para suceder à Comissão da UA de Alpha Oumar Konaré em meados do ano e a Tanzânia irá suceder ao Gana na Presidência. O início do mandato dos Comissários será observado atentamente, uma vez que esta é a primeira mudança desde que a União Africana substituiu a Organização de Unidade Africana, em 2002. As nomeações foram adiadas por seis meses, para que os líderes da UA pudessem ter em consideração os resultados de uma auditoria organizacional interna, realizada no final de 2007. Espera-se, assim, que a nova equipa coloque como prioridades na sua agenda a reforma e agilização das instituições da UA.

Setembro
Assembleia-Geral de Alto-Nível das Nações Unidas
Debate sobre alterações climáticas (24 Set.)
Fórum de Coesão da UE (27-28 Set.)
Primeiro relatório bianual sobre os progressos na CPD desde 2005

Outubro
Diálogo de Alto-Nível nas NU sobre o Financiamento do Desenvolvimento (23-25 Out.)
9ª Troika Ministerial UE-África (31 Out.)
Estratégia da UE "Aid for Trade" (29 Out.)

Novembro
14ª Assembleia Parlamentar Paritária UE-ACP, Kigali (17-22 Nov.)
Cimeira UE-ASEAN, Singapura (22 Nov.)
Cimeira UE-China, Pequim (28 Nov.)
Cimeira UE-Índia, Nova Deli (30 Nov.)
Avaliação global da OMC sobre "Aid for Trade"

Dezembro
Reunião Ministerial UE-África, Sharm-El-Sheik (5 Dez.)
2ª Cimeira UE-África, Lisboa, que adoptou a Estratégia Conjunta UE-África
Conselho Europeu, Bruxelas (14 Dez.)
Compromisso de todos os fundos FED
Fim da derrogação da OMC
Caraíbas: Conclusão dos APE completos
Acordos interinos APE para outros países/regiões ACP

O Tratado de Lisboa e a acção externa da UE

Nicolas Sarkozy fez saber o seu desejo de chegar a acordo sobre a nomeação dos três principais postos nas instituições europeias, na segunda metade de 2008, durante a Presidência Francesa: o novo Presidente a tempo inteiro do Conselho da UE, o Presidente da Comissão Europeia e o novo Alto Representante da UE para a Política externa e de Segurança. Os membros seniores do Parlamento Europeu gostariam, porém, que estas nomeações fossem atrasadas, para que o Parlamento possa ter uma voz apropriada após as eleições⁴. De qualquer forma, espera-se que o novo Tratado entre em vigor no início de 2009, pelo que existirá pressão para ter as nomeações destes três postos-chave definidas nessa altura.

Nos meios dedicados ao desenvolvimento, talvez o maior interesse em 2008 sejam os progressos que podem ser realizados na concepção do Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), o qual está também previsto no Tratado de Lisboa⁵.

Os aspectos práticos do SEAE são ainda, em grande medida, desconhecidos. Foi efectuado algum trabalho preparatório em 2005 e preparado um relatório conjunto de progresso pelo Secretariado do Conselho e pela Comissão. Este relatório é omissivo, contudo, nas grandes questões sobre o âmbito e tamanho do futuro SEAE⁶. Afirma que o SEAE deve ser *sui generis* na sua natureza, o que significa ser um serviço híbrido novo, provavelmente funcionando como interface para as três partes contratantes (o Conselho, a Comissão e os Estados-membros). A Declaração 22, em anexo ao Tratado de Lisboa, reitera que o trabalho preparatório deve ter início assim que o novo Tratado é assinado, ou seja, em 2008. Algumas questões-chave para a cooperação para o desenvolvimento são: em que medida os funcionários responsáveis pelos programas de desenvolvimento da Comissão serão também membros do SEAE e quais serão as regras para reportar aos chefes das novas Delegações da UE, também provavelmente de liderança dupla ('double-hatted').

Programas das Presidências

As duas Presidências da UE a ter lugar em 2008 são a Eslovénia (o primeiro dos novos Estados-membros a exercer esta posição) e a França. A Eslovénia é o último país da Presidência "tripartida", uma vez que, juntamente com as anteriores presidências alemã e portuguesa, tentaram assegurar um programa coerente durante 18 meses. Apesar dos programas de trabalho em 2008 serem ditados, em grande medida, pelos debates internacionais sobre a Declaração de Paris e o financiamento do desenvolvimento (conforme indicado no programa de trabalho da Comissão Europeia para 2008) e pelos processos internos da UE como a operacionalização do 10º FED, serão também adicionados os seus interesses específicos⁷. A Eslovénia está particularmente interessada em pressionar melhorias na resposta operacional da UE às necessidades específicas das crianças e mulheres afectadas por conflitos armados. Neste sentido, está a trabalhar para a elaboração de conclusões do Conselho sobre esta matéria, no Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE) que terá lugar em Maio. Irá procurar também promover a cooperação na UE para apoio ao Fundo Global da SIDA, Tuberculose e Malária e a elaboração de um plano de acção para implementar o Consenso sobre Ajuda Humanitária, aprovado no âmbito na Presidência Portuguesa.


A prioridade francesa para a sua Presidência é a paz e segurança. A integração da defesa e as capacidades independentes da UE em resposta a crises estão no topo da agenda francesa, apesar da resistência do Reino Unido a estes desenvolvimentos. Outras prioridades são a energia, o ambiente e as migrações. A Presidência francesa espera também abranger o seguimento das negociações dos APE e da Estratégia Conjunta UE-África, a qual deverá ter o primeiro relatório de progresso anual em Dezembro de 2008. Isto irá indubitavelmente instigar o Presidente Sarkozy a explicar como é que a sua ideia de uma União Mediterrânica encaixa na nova Estratégia UE-África, bem como na Política Europeia de Vizinhança (PEV) já existente. O Primeiro-Ministro esloveno expressou reservas sobre esta iniciativa, argumentando que a PEV é perfeitamente adequada e que a União Europeia deve evitar a duplicação de instituições⁸.

2. A Ajuda: mais, melhor e mais rápida em 2008?

O Financiamento do Desenvolvimento

Para os Estados ACP, a questão financeira mais imediata é a ratificação do 10º FED, para que entre em vigor o mais depressa possível após o fim do 9º FED, a 31 de Dezembro de 2007. A Comissão Europeia espera que o processo esteja finalizado no primeiro semestre de 2008, mas no final de 2007 apenas cerca de metade dos Estados ACP e da UE tinham efectuado a ratificação, sendo necessário dois terços dos países ACP e o total dos Estados-membros da UE. Parece, assim, mais provável que a ratificação esteja concluída no final de 2008. Até à data, foram apenas acordadas medidas de transição para preencher o hiato de tempo. Estas englobam fundos para continuar a administração do FED e os custos correntes dos projectos, bem como alguns fundos para os Países e Territórios Ultramarinos da França (PTU) no Pacífico, em relação aos quais houve atrasos devido a motivos de "força maior". Se este atraso persistir, irá causar problemas na autorização de compromissos no âmbito do 10º FED, os quais poderão ter consequências sérias a longo-prazo para os calendários de implementação dos programas.

A outra questão fundamental diz respeito aos volumes globais de APD disponível e se os Estados-membros da UE cumprem os compromissos de Monterrey por eles assumidos. Ao longo de 2007, várias fontes chegaram à conclusão que, enquanto 2005 foi um ano de recordes no aumento da APD, esta subida foi impulsionada pelos altos níveis de alívio da dívida e não se manteve em 2006. Um relatório de monitorização dos ODM, elaborado pelo Banco Mundial⁹, demonstra que os níveis da APD atingiram um recorde de 106,8 mil milhões de dólares em 2005, mas apontam uma descida para 103,9 mil milhões em 2006. A Comissão Económica das NU para África afirmou que, apesar dos fluxos de APD para África registarem um aumento, os doadores não estão a cumprir os compromissos assumidos. A fatia da APD destinada ao continente africano aumentou de 32% (antes de Monterrey) para 40%¹⁰. A confederação de ONG europeias CONCORD argumenta que a APD proveniente da Europa foi inflacionada até 30% com a inclusão de cancelamentos da

2008	Janeiro	Fevereiro	Março
<p>Aprovação formal dos APE interinos e completos pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu</p> <p>Continuação das negociações APE</p> <p>Ratificação do 10º FED prevista para o primeiro trimestre de 2008</p>	<p>10ª Cimeira da UA, Adis Abeba (25 Jan. – 2 Fev.), nomeação da nova Comissão</p> <p>Início de novas Estratégias Nacionais e Regionais de Apoio</p> <p> Presidência Eslovena da UE</p>	<p>Fórum Internacional sobre OSC e eficácia da ajuda, em preparação do Fórum de Acra, organizado pelo Grupo de Apoio sobre Sociedade Civil e Eficácia da Ajuda, Otava (3-6 Fev.)</p> <p>Reunião dos Ministros de Comércio da UA para adoptar posição comum sobre os APE</p> <p>Reunião de Alto-Nível UE-África sobre os APE</p>	<p>Conselho Europeu, Bruxelas (13-14 Março)</p> <p>14ª Assembleia Parlamentar Paritária UE-ACP, Lubliana (15-20 Março)</p> <p>Publicação do 2º Relatório de Progresso da OCDE sobre a implementação da Declaração de Paris</p>

2008

dívida, fundos para refugiados e empréstimos para estudantes estrangeiros na Europa¹¹. Uma resolução do Parlamento Europeu de Junho de 2007 lamenta que vários países da Europa-dos-15 tenham falhado o objectivo interno de atingir 0,33% do RNB/APD em 2006 e apela aos Estados-membros que honrem as suas promessas¹².

Espera-se que o debate sobre este tópico suba de tom à medida que se aproxima a II Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, no final de 2008. A discussão deverá ser lançada por um relatório de progresso elaborado pela Comissão Europeia, que provavelmente terá a forma de documento de trabalho para a Comunicação sobre 'Delivering on our Commitments' acima mencionada (nota de rodapé 6).

Se a questão do progresso em relação a metas definidas é certamente fundamental, outro assunto está a começar a preocupar os Estados-membros que aumentam os seus níveis de APD: como é que esta ajuda será canalizada na prática? Este problema encerra duas dimensões, ambas sobre capacidades. A primeira é a capacidade de desembolso por parte dos doadores e a segunda a capacidade do país parceiro em gerir fundos crescentes. Em 2007, a Comissão Europeia e o Conselho deram passos para lidarem com a primeira dimensão, aumentando a flexibilidade dos vários instrumentos europeus de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (10º FED, Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria – IEVP, Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento – ICD)¹³ e permitindo o chamado *co-financiamento*. As novas regras agora em vigor permitem o co-financiamento entre vários instrumentos – o que representa uma melhoria significativa na flexibilidade interna – bem como co-financiamento entre os fundos da Comissão Europeia e dos Estados-membros. Estes programas co-financiados podem ser geridos individualmente pelos Estados-membros ou pela Comissão. Assim, os Estados-membros não terão de esperar pelo próximo orçamento da União e pelo 11º FED, em 2013, para começarem a aumentar os níveis de ajuda canalizados através de programas liderados pela Comissão Europeia. Para além disso, as regras financeiras do 10º FED introduzem os 'programas anuais de acção', à semelhança com o que acontece no IEVP¹⁴.

Estes introduzem uma maior harmonização com outras políticas externas da Comissão e pretendem igualmente desencorajar o Comité FED de se envolver na gestão ao nível micro. Não se sabe ainda se esta mudança no circuito do projecto aumentará a eficácia, na medida em que pode criar pontos de bloqueio nas Delegações.

O Apoio Orçamental como opção preferencial

Relativamente à gestão de fundos crescentes de ajuda por parte dos países ACP, a principal solução identificada pela Comissão é aumentar a utilização da modalidade de ajuda orçamental. Alguns Estados-membros estão também a adoptar esta solução mas outros permanecem cautelosos; a Comissão está mais avançada nesta questão do que a maioria dos países europeus. Esta escolha tem o grande mérito de estar em conformidade com o apelo para maior *alinhamento*, consagrado na Declaração de Paris. A UE declarou que irá para além da meta estabelecida em Paris para canalização da ajuda através dos sistemas governamentais dos países parceiros e que tentará atingir 50% em 2010. A contribuição da Comissão para este objectivo será importante em termos absolutos, mas na prática tem ainda algum caminho a percorrer. Apesar da utilização da ajuda orçamental por parte da Comissão ter vindo a aumentar, estava abaixo dos 25%, em média, durante a implementação do 9º FED.

A mudança no sentido de aumentar a ajuda orçamental e os 'Contratos ODM' já propostos¹⁵ colocam alguns desafios em termos de gestão da ajuda, de diálogo político e de coordenação com os Estados-membros. A escolha do apoio ao orçamento como modalidade preferencial da ajuda reflecte, para além das considerações pragmáticas acima mencionadas, o reconhecimento crescente de que a política e as instituições internas têm grande importância e são fundamentais para o desenvolvimento. Mas esta modalidade exige também, por parte dos doadores, uma capacidade de analisar cuidadosamente e apoiar estas capacidades institucionais, bem como de se assegurar que existe um compromisso político real de redução da pobreza, especialmente em países dependentes da ajuda e em situações

de fragilidade. Para além disso, as avaliações demonstraram que o apoio orçamental incentiva abordagens harmonizadas dos doadores, as quais muitas vezes não existem.

A Iniciativa de Governança da CE entra na segunda fase em 2008. Um dos componentes principais é o mecanismo da 'tranche de incentivo', através do qual €2,7 mil milhões de euros (25% do Envelope A do 10º FED) são distribuídos pelos países ACP. As tranches de incentivo são disponibilizadas aos países parceiros como resposta aos níveis de ambição e credibilidade dos seus 'planos de acção para a governança', fornecidos pelos governos. Este mecanismo tem sido alvo de críticas de vários quadrantes, pela sua falta de transparência, pela falta de seguimento e pela presunção de que as reformas de governança podem ser encorajadas ou compradas através de incentivos financeiros, embora não exista qualquer mecanismo para monitorizar a sua implementação. A reunião do CAGRE, em Outubro de 2006, requereu uma revisão conjunta (Comissão e Estados-membros) da Iniciativa de Governança em 2008, pelo que deverá ser publicado um relatório sobre esta questão durante o primeiro semestre.

Eficácia: todos os caminhos vão dar a Acra

As preparações para o Fórum de Alto-Nível sobre a Eficácia da Ajuda, a ter lugar em Setembro de 2008, tiveram já início em 2007 mas irão certamente intensificar-se na primeira metade do ano. Pretende-se que este fórum sirva como revisão a meio percurso dos progressos para implementação da Declaração de Paris. Para além deste inventário, espera-se que o evento constitua uma oportunidade para alargar e aprofundar o diálogo sobre a eficácia da ajuda, dando espaço para novos actores como as organizações da sociedade civil e os doadores não-CAD/OCDE e identificando os pontos de bloqueio que deverão ser ultrapassados e as acções futuras para implementar com sucesso a Declaração de Paris. Muitos doadores – incluindo a União Europeia – estão, assim, não só a prepararem-se para o Fórum em si, mas também a planearem as acções de implementação até 2010, cujos progressos irão reportar em Acra.

Abril Reunião do Grupo de Trabalho do CAD-OCDE sobre a Eficácia da Ajuda e as Práticas dos Doadores (2-3 Abril)
Assembleia-Geral da UNCTAD, Acra
A Comissão produzirá relatório sobre os progressos nos ODM
Comunicação da CE sobre a contribuição da EU para o Fórum de Acra em Setembro

Maior 10ª Troika Ministerial UE-África
5ª Cimeira UE-ALC, Peru (16-17 Maio)
CAGRE com enfoque no Desenvolvimento (26-27 Maio)
Sessão do Conselho de Ministros CE-ACP
Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento em África, IV, Yokohama (28-30 Maio)

Junho Conselho Europeu aprova relatório sobre o progresso dos ODM, Bruxelas (19-20 Junho)
Conferência de Alto-Nível, acolhida pela FAO, sobre Segurança Alimentar Mundial e os Desafios das Alterações Climáticas e da Bio-energia, Roma (3-5 Junho)

Julho Reunião do Grupo de Trabalho do CAD-OCDE sobre a Eficácia da Ajuda e as Práticas dos Doadores (2-3 Julho)
11ª Cimeira da UA
Cimeira do G-8, Japão (7-9 Julho)
Relatório Anual da EuropeAid 2008



Presidência Francesa da UE

Para esta reunião, a União Europeia enquanto grupo decidiu centrar-se em dois tópicos em particular: (i) a divisão de trabalho, dentro do país e entre países, tendo como principal ferramenta o Código de Conduta aprovado no CAGRE de Maio de 2007 e (ii) a melhoria da previsibilidade da ajuda através do apoio orçamental e dos 'contratos de ODM' propostos. O trabalho desenvolvido no âmbito destas duas questões contribuirá para duas das cinco mesas-redondas propostas para o Fórum, respectivamente sobre harmonização e alinhamento.

No plano interno, a União Europeia acordou objectivos suplementares em quatro áreas,

acima das metas estabelecidas na Declaração de Paris¹⁶. Estas incluem três metas na área do *alinhamento*: (i) fornecer toda a assistência ao reforço de capacidades através de programas coordenados, (ii) canalizar 50% da ajuda governo-a-governo através dos sistemas do país e (iii) evitar a criação de quaisquer novas unidades de implementação de projectos. A quarta meta contribui para a *harmonização* e consiste em (iv) reduzir em 50% o número de missões não-coordenadas. A figura da Caixa 1, baseada na avaliação de desempenho realizada pela OCDE em 2006¹⁷, demonstra um progresso misto nos indicadores de alinhamento, com a União Europeia a ter melhores resultados do que outros doadores do CAD em

questões como a ajuda orçamental, a previsibilidade dos apoios e a ajuda não-ligada, mas com piores resultados na visibilidade da ajuda da UE nos orçamentos nacionais dos parceiros e em relação ao uso da assistência técnica. No entanto, estas são exactamente duas das áreas em que a União Europeia estabeleceu objectivos elevados para si própria.

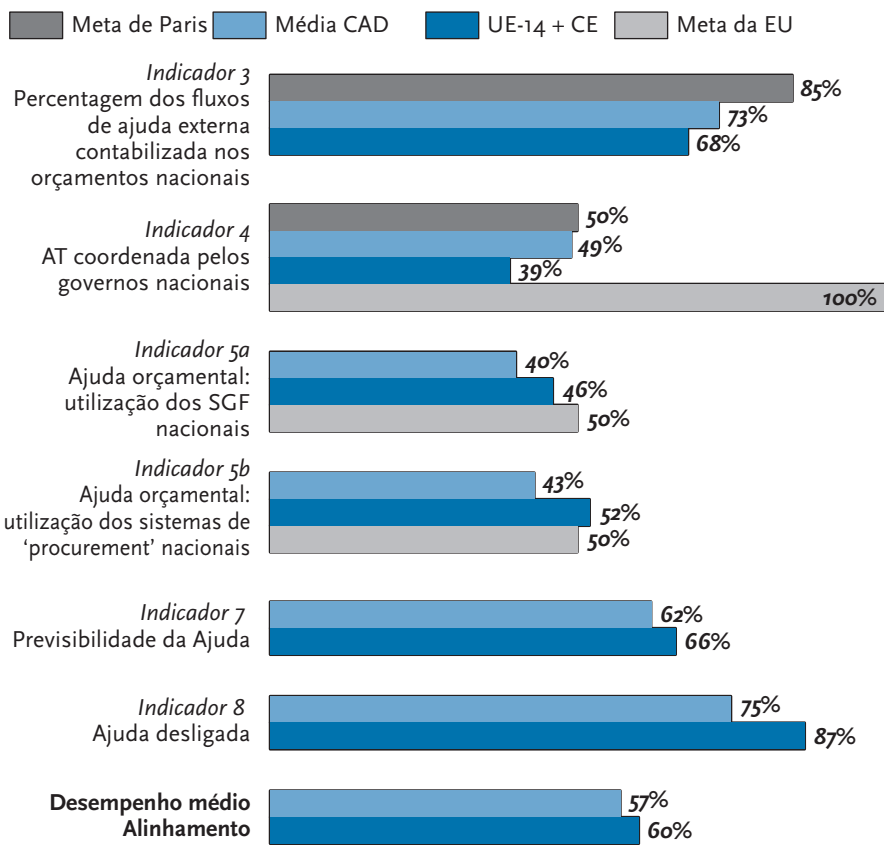
A União Europeia realizará várias reuniões antes de Acra, para avaliar os progressos e preparar as suas posições para o Fórum¹⁸. Espera-se que este assunto figure na agenda do CAGRE de Maio de 2008, no qual os Estados-Membros terão disponível a comunicação *EU Delivering on Our Commitments* (nota de rodapé 6).

Para além do debate interno na UE sobre a Declaração de Paris, o primeiro semestre assistirá a uma série de reuniões preparatórias nas quais os actores europeus – oficiais e sociedade civil – fornecerão contribuições. Entre estas destacam-se as duas reuniões do Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda (GT-EA). Este é o grupo representativo ao nível internacional que toma as principais decisões sobre o Fórum de Acra. As reuniões estão previstas para 2-3 de Abril e 2-3 de Julho. Haverá também um *Steering Committee* mais reduzido que se reunirá de forma mais regular. No âmbito do GT-EA existe igualmente o Grupo de Aconselhamento sobre Sociedade Civil e Eficácia que, entre outras iniciativas, promove uma reunião internacional com uma multiplicidade de actores em Otava, no início de Fevereiro de 2008, para analisar os resultados de uma série de consultas nacionais e regionais que tiveram lugar em 2007. As organizações da sociedade civil têm sido largamente envolvidas nestas iniciativas, mas existe também um processo específico da sociedade civil, coordenado por um *steering committee* internacional, que está a organizar um evento paralelo da sociedade civil em Acra, antes do Fórum. Finalmente, terá lugar no primeiro trimestre de 2008 uma segunda avaliação do CAD-OCDE sobre a evolução na implementação da Declaração de Paris, cujo relatório deverá estar pronto no final de Março.

O principal resultado esperado do Fórum de Alto-Nível sobre a Eficácia da Ajuda será a *Agenda de Acra para a Acção* (AAA), cujo primeiro draft será preparado pelo GT-EA entre

Gráfico 1. Progressos nos indicadores de alinhamento da Declaração de Paris

Comparação do desempenho da UE com o desempenho geral dos membros do CAD (%)



Fonte: OCDE

Agosto Fórum especial das OSC sobre o Fórum de Acra (31 Ago. – 1 Set.)

Setembro 3º Fórum sobre a Eficácia da Ajuda, Acra (2-4 Set.)

Relatório anual sobre os níveis de ajuda da UE, antes da reunião de Acra

Outubro 11ª Troika Ministerial UE-África
ASEM 7, Pequim (24-25 Out.)

CAGRE com enfoque no Desenvolvimento

Relatório sobre a Estratégia para África de 2005 submetido à Troika Ministerial UE-África

Novembro Dias Europeus do Desenvolvimento, Estrasburgo (16-17 Nov.)
17ª Assembleia Parlamentar Paritária UE-ACP, Papua Nova-Guiné
2ª Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, para avaliar a implementação do Consenso de Monterrey, Doha (29 Nov.- 3 Dez.)

2008

Março e Maio de 2008. O documento será discutido numa série de reuniões regionais em Abril e Maio, sendo solicitados comentários dos vários actores. Será então elaborada uma versão mais completa pelo Grupo de Trabalho na sua reunião de Julho e o draft final estará disponível a tempo do Fórum de Setembro, no qual se espera a sua aprovação ao nível ministerial. O segundo trimestre de 2008 será, portanto, o ponto-chave no debate sobre o conteúdo e as principais mensagens do AAA.

O primeiro relatório bianual sobre a coerência das políticas para o desenvolvimento (CPD) foi publicado em Setembro de 2007 e avaliado no CAGRE de Novembro. Esta reunião mandatou o Secretariado do Conselho para assegurar que os assuntos relevantes no âmbito da CPD sejam identificados e debatidos nos grupos de trabalho relevantes do Conselho. As Conclusões do Conselho convidam igualmente todos os Estados-membros e a Comissão a desenvolverem mais mecanismos para promover a CPD e a utilizá-los de forma mais sistemática. Finalmente, o Conselho sublinha explicitamente a importância de manter um diálogo continuado com actores não-estatais sobre a CPD, tanto no seio da União Europeia como nos países em desenvolvimento. Como anteriormente mencionado, a Comissão está a planear uma nova comunicação sobre CPD para o início de 2008 e lançou uma consulta pública para reunir contribuições da sociedade civil.

3. As Relações UE-África

Um quadro para reduzir a fragmentação?

A Estratégia Conjunta UE-África fornece um quadro para as relações UE-África no futuro. Foi adoptada na Cimeira de Lisboa no fim de 2007 e compromete a União Europeia e a União Africana numa parceria política renovada e de longo-prazo, baseada no consenso euro-africano sobre valores, interesses comuns e objectivos estratégicos. A própria realização da Cimeira, sete anos após a primeira Cimeira UE-África de Chefes de Estado e de Governo no Cairo, foi considerada um sucesso para a Presidência Portuguesa da UE e ilustra a vontade política da parte europeia para renovar o diálogo ao mais alto nível, apesar das tensões

existentes sobre o Zimbabué. Os APE surgiram, sem surpresas, como um assunto de forte discordância e muito presente nas declarações políticas da parte africana, sugerindo um diálogo Europa-África mais equitativo que anteriormente.

A Estratégia Conjunta UE-África incorpora a necessidade de ambas as partes adaptarem o seu relacionamento a um contexto em mutação desde a Cimeira do Cairo de 2000, com o surgimento de questões como a segurança, as migrações e o ambiente no topo da agenda internacional. O nascimento da União Africana conferiu a África instituições políticas forjadas para a integração continental e ofereceu à União Europeia alargada uma contraparte política no continente africano.

O novo quadro estratégico UE-África oferece a possibilidade de dois tipos de mudanças, se comparado com o relacionamento existente anteriormente. Em primeiro lugar, este quadro engloba todas as políticas que governam as relações entre os dois continentes, indo assim para além da 'tradicional' cooperação para o desenvolvimento. O desafio é assegurar que a cooperação para o desenvolvimento não fique diluída pela proliferação de outros objectivos da acção externa e não se torne apenas numa ferramenta destes últimos. Em segundo lugar, o quadro estratégico conjunto oferece a possibilidade para ultrapassar a fragmentação e entrar numa relação continente-a-continente¹⁹. Embora não se espere que a PEV simplesmente desapareça como consequência da Estratégia Conjunta UE-África, será um desafio para a Europa cumprir o compromisso de adaptar os seus instrumentos e políticas para começar a 'tratar África como uma entidade única'. No plano ideal, isto deveria implicar a criação de algo como um envelope financeiro pan-africano²⁰ e a programação de um PIR pan-africano.


Na prática, porém, os outros acordos regionais foram também intensificados. Por exemplo, 2007 assistiu ao reforço da PEV como uma prioridade central no seio da acção externa da UE. A Comissão Europeia prometeu intensificar a PEV em 2008, centrando-se especialmente na facilitação de vistos para cidadãos PEV e na criação de uma facilidade de investimento que ajude a mobilizar fundos para parceiros de forma mais eficaz²¹. Para além disso, a

Parceria Estratégica UE-África do Sul teve início em 2006 e um plano de acção conjunto foi assinado em Maio de 2007, estabelecendo um quadro para relações mais fortes e para um diálogo mais estruturado entre a África do Sul e a União Europeia. Ambas as partes da parceria estratégica concordam que esta deverá ter um carácter de apoio à Estratégia Conjunta UE-África, mas não é claro como isto irá funcionar em termos práticos²².

A implementação da estratégia conjunta UE-África

O primeiro Plano de Acção da Estratégia Conjunta traduz-se em oito 'parcerias prioritárias' sobre questões fundamentais, de forma a implementar melhor os novos compromissos (ver caixa 2). O Plano de Acção engloba um período inicial de três anos, mas pretende-se que avance à medida que o tempo passa, uma vez que o primeiro objectivo é que a implementação de todas as prioridades estabelecidas tenha início dentro deste primeiro período. O nível dos pormenores varia entre as diferentes parcerias. Em algumas, como a parceria sobre migração, as prioridades conjuntas e planos de acção foram já concebidos²³ e os esforços deverão estar concentrados na sua implementação. A paz e segurança é outras das áreas em que se registaram desenvolvimentos no trabalho UE-UA, no contexto da colaboração para a Facilidade de Paz para África. Neste caso existe uma agenda relativamente clara para o trabalho conjunto nos próximos anos, por exemplo, na construção da Arquitectura de Paz e Segurança Africana. Noutras áreas é ainda necessário construir uma agenda comum, como acontece com a parceria sobre alterações climáticas.

De acordo com o estabelecido na Estratégia Conjunta, serão efectuadas avaliações continuadas aos progressos realizados, até à próxima Cimeira em 2010²⁴, na qual será aprovado um novo plano de acção. Entre as Cimeiras, as reuniões bianuais da troika UE-África ao nível ministerial irão desempenhar um papel central em avaliar e monitorizar a implementação. Na próxima reunião da troika, prevista para Maio de 2008, será efectuada uma primeira análise. Para além disso, as Comissões da UA e da UE e o Secretariado do Conselho da UE irão coordenar – numa base anual e em coo-

Dezembro	Sessão do Conselho de Ministros dos ACP	Janeiro	12ª Cimeira da UA	Fevereiro/Março	3º Fórum Global Plenário do OCDE (Primavera de 2009)	Abril/Maio	CAGRE com enfoque no Desenvolvimento (Abril ou Maio)
	Conclusão prevista de APE completos por parte do Pacífico e da África Austral e Oriental (AAO-ESA) Adopção pelo Conselho Europeu de sugestões para a melhoria a implementação da Estratégia de Europeia de Segurança		Entrada em vigor do sistema SPG revisto da UE		Reunião de Alto-Nível do CAD (Primavera de 2009)		Sessão do Conselho de Ministros CE-ACP
2008		 Presidência Checa da UE		2009			

Caixa 1. Parcerias Prioritárias da nova Estratégia Conjunta UE-África

1. Paz e Segurança
2. Governação Democrática e Direitos Humanos
3. Comércio e Integração Regional (inclui a parceria sobre infra-estruturas)
4. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
5. Energia
6. Alterações Climáticas
7. Migração, Mobilidade e Emprego
8. Ciência, Sociedade da Informação e Espaço

peração com as Presidências da UA e da UE – a preparação de um relatório conjunto sobre a implementação, ‘utilizando indicadores claros, uma calendarização e metas concretas para assegurarem que a implementação está no bom caminho’²⁵. Finalmente, há o compromisso de envolver os actores da sociedade civil no processo de monitorização, devendo as modalidades deste envolvimento ser definidas nos próximos meses.

Os principais desafios em 2008 relativamente à implementação da Estratégia Conjunta serão: (i) clarificar as modalidades de implementação que existem ou devem ser criadas, (ii) assegurar que as comunidades económicas regionais e os Estados-membros de ambas as partes são envolvidos na implementação e assumem a liderança sobre alguns aspectos e (iii) conceber um mecanismo apropriado de monitorização, tanto no seio de cada União, como conjuntamente.

Num nível muito prático, haverá mudanças em 2008, em Adis Abeba, na forma como o grupo UE se relaciona com a União Africana, em resultado da nomeação do primeiro Embaixador da UE junto da União Africana. A Delegação da UE existente na Etiópia será dividida em duas, passando todos os assuntos relacionados com a União Africana para um escritório separado, sob liderança do novo Embaixador da UE. O chefe de Delegação da CE centralizar-se-á, assim, puramente, nas relações com a Etiópia e na gestão do programa nacional do FED.

O Embaixador da UE junto da União Africana será responsável não só pelas relações políticas entre a União Europeia e a União Africana, mas também pela gestão dos apoios (financieiros e outros) prestados pela União Europeia à Comissão da UA. Parte deste trabalho envolve a gestão de fundos do FED para apoio às iniciativas da União Africana sobre paz e segurança, ou o desenvolvimento institucional da Comissão da UA. Existe também a questão mais delicada de melhorar a coordenação entre as iniciativas dos vários Estados-membros da UE e destes com a Comissão Europeia, no apoio à União Africana. O novo Embaixador da UE estará numa posição única para assegurar a ligação e a coordenação entre todas as partes europeias envolvidas, uma vez que se encontra sob alçada dupla da Comissão (Michel) e do Secretariado do Conselho (Solana). Esta posição desempenhará igualmente um papel útil na coordenação entre as duas Uniões, no que respeita a respostas conjuntas a crises políticas que possam emergir no continente. Por último, a União Africana esperará utilizar este Embaixador como um canal para procurar o apoio da UE em iniciativas africanas nos assuntos internacionais.

Parceiros alternativos


No entanto, o ano passado demonstrou claramente que a Europa não está sozinha ao procurar relações mais estreitas com o continente africano. O interesse por África está a aumentar, num contexto de subida acentuada dos preços internacionais das matérias-primas e de procura de novos fornecedores de petróleo. Tornou-se claro, em 2007, que tanto a China como os Estados Unidos estão crescentemente interessados nas relações com o continente e, à luz destes interesses, será um desafio para a UE conseguir manter o nível do diálogo político e distinguir-se como um parceiro de cooperação atractivo.

Os Estados Unidos importam actualmente mais petróleo de África do que da Arábia Saudita. Esperam-se, nos próximos três anos, mais de \$50 mil milhões de dólares de investimento norte-americano no petróleo africano²⁶. O ano de 2008 irá também revelar se o abrandamento económico nos Estados Unidos irá afectar o crescimento africano ou se este impacto será anulado pela procura cres-

cente de recursos naturais em África, por parte da China e de outros investidores globais. Espera-se que o novo comando militar dos EUA (AFRICOM), que muitos encaram como uma jogada para garantir a segurança energética norte-americana, inicie as suas actividades em 2008, apoiando as capacidades militares africanas através de formação e equipamentos.

Durante o ano passado, tornou-se claro o papel crescentemente pró-activo que a China pretende desempenhar enquanto novo doador da cooperação internacional – principalmente em África. Este facto tinha já sido evidente na Cimeira Sino-Africana de Pequim, em Novembro de 2006, na qual a China anunciou grandes programas de assistência a África e onde foi assinado o Plano de Acção de Pequim que cobre o período entre 2007 e 2009. Uma conferência realizada em Bruxelas, a 28 de Junho de 2007, abordou o que isto poderá significar para a Europa, tendo debatido ideias sobre um relacionamento triangular entre a União Europeia, África e China. Em Março de 2008, está prevista uma visita do Comissário Louis Michel à China, de forma a avançar neste debate, existindo também uma proposta de Comunicação por parte da Comissão sobre este tema, no decurso do ano²⁷. Até agora, a China e a UE têm sido encaradas mais como competidores do que como parceiros em África e não existem muitas razões para que a China pretenda mudar este facto. Muito dependerá, sem dúvida, da posição adoptada pela União Africana nesta relação triangular e se esta pretende (ou não) ter estes importantes parceiros a trabalharem em consórcio, mais do que em competição.

Um exemplo em que a competição entre a UE e a China já é bastante intensa é a área das infra-estruturas, uma vez que a China dispôs-se a gastar \$20 mil milhões de dólares em infra-estruturas em África nos próximos três anos, o que representa mais do dobro dos €5,6 mil milhões de euros (cerca de \$8,3 mil milhões de dólares) dos fundos FED que a Europa anunciou para a sua nova Parceria UE-África sobre Infra-estruturas, em Outubro de 2007. Apesar de se prever que os Estados-membros adicionem fundos à contribuição inicial do FED para esta parceria, é evidente que a China irá rapidamente superar a UE como o principal financiador externo de infra-estruturas no continente. Isto ilustra, igualmente,

Junho	<p>Eleições para o Parlamento Europeu</p> <p>Conselho Europeu, Bruxelas</p> <p>Cimeira do G-8, Itália</p> <p>17ª Assembleia Parlamentar Paritária UE-ACP</p>	Julho	<p>13ª Cimeira da UA</p> <p>Conclusão prevista de APE completo por parte da EAS</p>	Setembro/Outubro	<p>Nomeação dos Comissários Europeus</p> <p>Audição dos novos Comissários Europeus pelo Parlamento Europeu</p> <p>CAGRE com enfoque no Desenvolvimento</p> <p>Relatório da CE sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento</p>	Novembro/Dezembro	<p>A nova Comissão Europeia assume funções (1 Nov.)</p> <p>18ª Assembleia Parlamentar Paritária UE-ACP</p> <p>Conselho Europeu, Bruxelas</p>
				Presidência Sueca da UE			

2009

uma vantagem importante que a China possui sobre a UE nas suas relações externas: a sua capacidade de actuar como entidade única, em vez de ter de esperar pela construção de um consenso interno.

Uma questão que surgiu com grande importância em 2007 foi o papel desempenhado pelos doadores emergentes em geral, com referências frequentes a novos doadores que não são membros do CAD e que começam a oferecer fortes fontes alternativas de apoio aos países em desenvolvimento desiludidos com os tradicionais doadores ocidentais. A Índia, o Brasil, a Turquia e a Coreia, para além da China, são os nomes mais mencionados. Por exemplo, o governo indiano está actualmente a criar uma agência de ajuda. Será interessante observar este ano se - e como - estes doadores desenvolvem os seus programas de ajuda e também como talvez se tornem mais integrados no diálogo global sobre cooperação internacional para o desenvolvimento, em eventos globais como o Fórum de Alto-Nível de Acra.

4. As Relações UE-ACP e o Comércio

Com negociações incompletas dos APE, espera-se que o comércio – mais do que a ajuda – seja o principal tópico de debate em todas as assembleias UE-ACP neste ano. O programa institucional dos ACP em 2008 será marcado pela Sexta Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos ACP, a ter lugar em Acra, em Outubro. Para além dos APE, estará também na agenda a questão do reforço do grupo ACP, no seguimento do estudo realizado pelo Secretariado ACP em 2006 sobre esta matéria e dos debates subsequentes ao nível interno. Este assunto é certamente actual, dado o aumento da proeminência da União Africana nos espíritos europeus. Esta Cimeira será, igualmente, uma ocasião para discutir a entrada em vigor do 10º FED, se o processo de ratificação não estiver ainda completo nesta altura.

Haverá também, como é usual, duas Assembleias Parlamentares Paritárias UE-ACP em 2008. A 15ª sessão será realizada em Lubliana, na Eslovénia, de 17 a 24 de Março e a 16ª em Port Moresby, na Papua Nova-Guiné, em Novembro. Esta assembleia demonstrou, mais uma vez, ser um fórum fundamental para levantar questões relacionadas com os APE e espera-se que continue a prosseguir este tópico em 2008.

O enfoque no comércio

Quando expirou o prazo para a derrogação da OMC relativamente aos longos acordos preferenciais de comércio UE-ACP, a 31 de Dezembro de 2007, 35 dos 77 países ACP tinham assinado

um novo acordo interino com a UE, englobando maioritariamente comércio de bens. As Caraíbas são a única região que assinou um APE regional abrangente. Na África Ocidental e no Pacífico, apenas dois países de cada região rubricaram um acordo interino e na África Central apenas um país. Na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na África Austral e Oriental (ESA-AAO) foram assinados acordos interinos ao nível nacional e sub-regional (ver Quadro na Caixa 3)²⁸.

Os países signatários de APE interinos ou abrangentes beneficiarão de um acesso ao mercado da UE livre de quotas e de taxas, com medidas transitórias para o açúcar e o arroz a partir de 2008²⁹. Conseguiram, portanto, assegurar e até melhorar o seu acesso ao mercado europeu.

Contudo, os novos acordos comerciais acarretam também riscos e colocam desafios para os países e grupos regionais ACP. Os que concluíram negociações, seja sobre um acordo interino, seja para um acordo abrangente, deverão aplicar provisoriamente, implementar e ratificar esse acordo em 2008. Apesar de a maioria dos países ACP beneficiarem de uma moratória durante os primeiros anos, não tendo que abrir imediatamente os mercados, o desafio imediato será começar a executar as políticas e acções de preparação para a implementação.

Todas as partes, excepto as Caraíbas, terão assim que continuar as negociações em 2008, com vista a concluir APE abrangentes ao nível regional. Com efeito, um dos objectivos centrais dos APE é edificarem e reforçarem a integração regional, mas na África e no Pacífico nenhuma região dos APE assinou ainda um acordo de forma uniforme³⁰. Em algumas regiões, os países signatários submeteram ofertas de acesso aos mercados nacionais que podem prejudicar seriamente a integração regional. A tarefa principal para o próximo ano será, consequentemente, a de restaurar a coerência regional. Os APE foram conceptualizados e negociados como acordos de comércio e de desenvolvimento, indo para além do acesso puro a mercados, já que ambas as partes acordaram que o comércio não é suficiente para estimular o desenvolvimento económico dos ACP. As partes comprometeram-se a negociar áreas importantes pendentes (como os serviços, a cooperação para o desenvolvimento e o investimento) através de cláusulas especiais ('rendezvous clauses' – que obrigam a renegociações no caso de serem quebradas) nos acordos interinos. A Comissão Europeia espera concluir APE regionais 'completos' até ao fim de 2008. No entanto, na ausência de pressão legal para concluir acordos abrangentes, ambas as partes terão de mostrar um forte empenho em chegar a acordo em áreas controversas e complexas e em trazer de volta à mesa de negociação os países que até agora têm mostrado relutância em assinar um acordo.

Para que os APE tenham um resultado positivo para o desenvolvimento, a União Europeia tem como grande tarefa adicional fornecer apoio adequado para realizar os ajustamentos necessários e as medidas de acompanhamento que irão fortalecer a capacidade dos países e regiões ACP para compreenderem os benefícios potenciais dos compromissos e das reformas ligadas aos APE³¹.

A União Europeia confirmou inúmeras vezes o seu compromisso em assistir os países ACP, tendo acordado que o principal instrumento de financiamento será o 10º FED. Com esta Estratégia de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade – AfT), a União Europeia reafirmou o compromisso de aumentar até 2010 o apoio ligado ao comércio para €2 mil milhões de euros por ano (com a Comissão e os Estados-membros a contribuírem com mil milhões cada)³². Prometeu igualmente afectar 'na ordem dos 50% do aumento' da ajuda relacionada com comércio concedida pelos Estados-membros aos países ACP. Isto implica que os ACP podem esperar cerca de €300–400 milhões por ano em financiamento adicional para a assistência ligada ao comércio. Além disso, a União Europeia fornecerá apoio no quadro da agenda mais alargada de AfT, englobando a criação de capacidades produtivas, infra-estruturas e ajustamentos ligados ao comércio. Os ACP consideram estas áreas fundamentais para o apoio relacionado com os APE. No entanto, não existem compromissos quantitativos precisos nestas áreas, nem como traduzir na prática a parte do apoio ligado ao comércio que é dedicado aos países ACP. Apesar da Estratégia de AfT definir princípios e objectivos para o desembolso destes apoios, é ainda vaga sobre as modalidades concretas de entregar a ajuda.

Em 2008 será essencial para a União Europeia realizar as promessas e traduzir a sua boa-vontade em medidas concretas de apoio aos ajustamentos ligados aos APE. Este apoio deverá ser alinhado com as prioridades comerciais definidas pelos países e regiões ACP e baseado nos seus planos gerais de desenvolvimento, nacional e regional. Ambas as partes devem identificar formas óptimas de implementação, conforme a Declaração de Paris, de forma a assegurarem uma ajuda atempada e eficaz.

Para além disso, para que os APE cumpram realmente os objectivos consagrados, deverá ser criado um mecanismo exequível de monitorização, para acompanhar a implementação bem como os resultados e impactos dos APE. Uma das tarefas fundamentais em 2008 será estabelecer um processo regular de diálogo entre os vários actores nos países e regiões ACP, bem como entre os países ACP e da UE, para clarificar aspectos operacionais importantes de um mecanismo de monitorização dos APE.

Caixa 2. Acordos interinos

Embora as partes permaneçam comprometidas a acordar APE abrangentes, tornou-se evidente em Outubro de 2007 que a maioria dos blocos regionais seria incapaz de chegar a um acordo até final do ano. Num esforço para criar um quadro legal que mantenha o acesso preferencial ao mercado europeu para as exportações ACP, a Europa propôs acordos interinos compatíveis com as regras da OMC, abrangendo apenas o comércio de bens. A UE defendeu que a única opção compatível com a OMC para os não-PMA, que não beneficiam da iniciativa “tudo menos armas” (Everything but Arms- EBA), é o Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), o qual é menos favorável do que as preferências de Cotonou. Para os países que não se consideram prontos para assinar um APE abrangente, concluir um acordo só sobre bens tem, portanto, vários benefícios, uma vez que evitou uma ruptura no comércio em 2008 e concedeu mais tempo para negociar questões sensíveis sem a pressão de acabarem os prazos no final do ano. O quadro mostra os tipos de textos assinados pelos vários países nas seis regiões de negociação dos APE. Os não-PMA (Países Menos Avançados) estão destacados a bold.

REGIÃO APE		
CARIFORUM	APE abrangente assinado pela região	
	acordo interino assinado	Países não-signatários*
ÁFRICA CENTRAL	Camarões	República Centro-Africana, Gabão, Guiné Equatorial, República do Congo , São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo (RDC)
ÁFRICA OCIDENTAL	Gana, Costa do Marfim	Benzia, Burkina Faso, Cabo Verde ,** Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria , Senegal, Serra Leoa, Togo
ÁFRICA AUSTRAL E ORIENTAL	CAO/EAC (Quênia, Uganda, Tanzânia, Burundi, Ruanda), Comoros, Madagáscar, Maurícias, Seicheles, Zimbabué, (Zâmbia)	Djibuti, Eritreia, Etiópia, Malauí, Sudão
PACÍFICO	Papua Nova Guiné, Ilhas Fiji	Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia , Kiribati, Nauru, Niue, Palau, República das Ilhas Marshall , Samoa, Ilhas Salomão, Tonga , Tuvalu e Vanuatu
SADC	BLNS (Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia), Moçambique	Angola, África do Sul ***

* Na ausência de decisão contrária, o regime disponível para os países ACP que não concluíram um APE no final de 2007 é o SPG da UE para os não-PMA e a iniciativa EBA para os PMA.

** Cabo Verde é não-PMA a partir de 2008 mas continuará a beneficiar da iniciativa EBA durante um período de transição de 3 anos.

*** A África do Sul continuará a exportar no âmbito do Acordo de Comércio e Cooperação para o Desenvolvimento (ACCD)

Muitos países ACP revelaram objecções, ao longo dos últimos meses de negociações, à abordagem severa da UE, à sua incapacidade de compromisso e às ameaças de imposição de tarifas sobre os países relutantes em assinarem APE. Isto criou uma atmosfera de desconfiança e frustração que veio, sem dúvida, azedar as relações entre a União Europeia e alguns países ACP. Em 2008, é crucial que ambas as partes procurem reconstruir um relacionamento construtivo e de confiança, de forma a encontrarem soluções comuns para questões importantes: p.ex. como tornar os APE em parcerias reais, tal como tinham sido originalmente pensados.

De acordo com o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2008, outra iniciativa que esta pretende tomar será a elaboração de uma comunicação sobre desenvolvimento económico e integração regional nos ACP. Esta irá

analisar quais as melhores formas de ‘impulsionar o desenvolvimento económico e a integração regional nos ACP (incluindo o comércio) com um forte enfoque no desenvolvimento do sector privado. O objectivo será desenvolver uma estratégia para assegurar a complementaridade de acções e instrumentos existentes ao nível da UE e dos Estados-membros’³³.

5. As Relações externas da UE

Segurança e desenvolvimento

No âmbito de outros debates que irão colidir com a cooperação para o desenvolvimento em 2008, duas áreas são de salientar em particular: a política de segurança³⁴ e a resposta europeia a situações de fragilidade³⁵. Para a primeira, está previsto em 2008 um plano de acção e um relatório de avaliação sobre

as anteriores missões da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). O plano de implementação para a segunda deverá estar pronto em 2009, mas a Comissão encontra-se já a trabalhar em procedimentos de implementação mais flexíveis, a aplicar em situações de fragilidade.

Os debates sobre estas políticas terão lugar num contexto de ambições crescentes para a Política Externa e de Segurança Comum e para a PESD. Esperam-se desenvolvimentos para uma possível revisão da Estratégia de Segurança Europeia durante a Presidência Francesa. A França trabalhará para uma maior integração da defesa, incluindo efectivos de planeamento sediados em Bruxelas, trocas entre soldados profissionais e uma harmonização da educação militar. Além disso, deverá estar concluída em meados de 2008 uma revisão do Conceito Militar de Resposta Rápida da UE, incluindo os procedimentos para criar rapidamente forças e contribuições adicionais de forças voluntárias por parte dos Estados-membros³⁶. A UE pretende igualmente apoiar a sua gestão civil de crises, que engloba instalar a ordem pública, reforçar o Estado de Direito, estabelecer a administração civil e fornecer protecção civil, através do processo de planeamento de capacidades civis no âmbito da PESD³⁷. Esta é uma área na qual a União Europeia terá de assegurar coerência com os mecanismos comunitários de cooperação, tais como o novo Instrumento de Estabilidade. Este fornecerá ajuda de curto-prazo para responder a crises ou a situações de crise emergente, bem como ajuda de longo-prazo nos casos em que as condições estáveis permitam a implementação das políticas de cooperação comunitárias.

O apoio da UE no reforço da capacidade da Arquitectura de Paz e Segurança Africana foi já mencionado, mas existe também um aspecto operacional muito prático do envolvimento da UE nesta área. No início de 2008, a União esteve envolvida em várias operações em curso no continente, trabalhando em associação com a União Africana e com as Nações Unidas.

No início de 2008, a força de manutenção da paz da UA no Darfur (AMIS) tornou-se formalmente uma força híbrida UA/NU, conhecida como UNAMID. A União Europeia continua a apoiar financeiramente esta força através da Facilidade de Paz para África, mas o mandato dos assessores da UE na AMIS terminou em Dezembro de 2007, a pedido das Nações Unidas, de forma a coincidir com a transição. Apesar desta transição ter acontecido formalmente, existem ainda várias incertezas sobre a composição da força, pelo que a UNAMID não deverá estar totalmente operacional até meados de 2008.

Existem também três missões da PESD em África com mandatos em curso ao longo de

2008. A primeira é a Missão Policial da UE na República Democrática do Congo (EUPOL RD Congo), que está preocupada com a reforma das forças policiais e tem o seu mandato anual até Junho de 2008. A segunda é a Missão de Reforma do Sector de Segurança da UE na RDC (EUSEC DR Congo), no terreno desde Junho de 2005 e já com um mandato alargado até Julho de 2008. Fornece assessoria e assistência às autoridades congoleesas responsáveis pela segurança, enquanto promove políticas compatíveis com os direitos humanos e o direito internacional humanitário, os padrões democráticos, os princípios de boa gestão pública, transparência e cumprimento do Estado de Direito. Como os mandatos destas missões expiram brevemente, deverão ser renovados na primeira metade do ano, se o seu trabalho for para continuar.

A terceira missão PESD é a missão militar da UE no Chade e na República Centro-Africana (EUFOR Chade/RCA), criada pelo Conselho em Outubro de 2007. Esta é, até ao presente, a maior missão militar da UE em África, estando planeada como uma operação de um ano, no quadro da Resolução do Conselho de Segurança das NU 1778 (2007). A missão será complementada com fundos provenientes do Instrumento de Estabilidade para a formação e equipamento de 850 efectivos da polícia chadiana³⁸. O Chefe da Missão foi nomeado no final de 2007 e o planeamento está ainda em curso. Após dificuldades na reunião dos 3700 efectivos, o CAGRE de 28 de Janeiro lançou oficialmente a missão e espera-se que a capacidade operacional inicial seja atingida em Março de 2008. No entanto, os números previstos de efectivos parecem largamente insuficientes face à continuada situação de insegurança no Chade e na República Centro-Africana, ao longo da fronteira com o Darfur, bem como ao risco da força ficar emaranhada nesta complexa teia de conflitos.³⁹ Têm-se verificado também críticas à missão, encarada por alguns – como os grupos rebeldes na área em questão –, em grande medida, como uma força francesa com um rótulo europeu.⁴⁰ Além disto, a União Europeia está a considerar uma missão de assessoria e assistência da PESD para apoio à reforma do sector de segurança na Guiné-Bissau. Esta acção será parte de uma abordagem coerente da UE, complementar ao FED e a outras actividades da Comissão⁴¹.

Alterações climáticas, energia e migração

É provável que alterações climáticas sejam o assunto mais proeminente, de entre os outros temas da agenda de relações externa da UE em 2008. No quadro de uma aliança global para as alterações climáticas com os países em desenvolvimento, a África e a UE institucionalizarão um diálogo regular e uma cooperação direccionada, tendo em conta as iniciativas

africanas tais como o Programa 'Clima para o Desenvolvimento em África' (ClimDev Africa). O objectivo é complementar o protocolo de Quioto - que é apenas relevante para os países industrializados - e ajudar muitos países pobres seriamente afectados a adaptarem-se às mudanças climáticas. A troika ministerial conjunta salientou a importância de incluir as alterações climáticas na cooperação para o desenvolvimento e tornou esta matéria num compromisso da CPD a ser objecto de relatório em Setembro de 2009⁴².

Na área interligada da segurança energética, a União Europeia irá avaliar os objectivos estratégicos acordados no seu pacote energético de Março de 2007. Espera-se que a Europa continue a fortalecer o mercado interno e a expansão para a área da vizinhança, a avaliar o esquema de troca de emissões internas e a aumentar a sua meta em termos de percentagem de energia renovável e bio-energia para 20% em 2010. Espera-se também que a acção da União sobre energia em África se concentre no desenvolvimento – promovendo energias renováveis e desenvolvendo o mercado interno de energia em África – e nas questões de governação. Não se sabe se a Europa será capaz de exercer influência sobre a governação dos recursos naturais, quando a China e os Estados Unidos estão cada vez mais a conduzir políticas energéticas como aspecto central das suas políticas externas e de segurança para África.

As migrações continuam a ser uma preocupação prioritária para a UE, sendo abordadas no quadro da Parceria África-UE sobre Migração, Mobilidade e Emprego da Estratégia UE-África. O objectivo é fornecer respostas abrangentes para estas questões, tanto no seio do continente africano, como entre África e a Europa. A Comissão tem até Setembro de 2009, altura do próximo relatório sobre CPD, para mostrar resultados sobre a atenção que prometeu conferir à interligação entre migração e desenvolvimento. Este deve conter igualmente informação sobre o tratamento da migração no âmbito da agenda do desenvolvimento e sobre os elementos de desenvolvimento nas políticas de migração da UE.

Um ano de trabalho intenso

Apesar da agenda de desenvolvimento da UE em 2008 ser dominada, provavelmente, pelos processos internacionais relacionados com a eficácia da ajuda e com o financiamento do desenvolvimento (ambos com eventos de lançamento nos últimos meses do ano), continuarão também dois debates mais específicos da UE, sobre os APE e sobre a Estratégia Conjunta UE-África. Espera-se que a discussão relativa aos APE permaneça acesa em 2008, enquanto no caso da Estratégia Conjunta a atenção voltar-se-á para a operacionalização e para as questões práticas sobre as modalidades de

implementação e os mecanismos de monitorização.

Estes dois debates são claramente cruciais em termos da credibilidade da União Europeia face aos seus parceiros do Sul, especialmente no que respeita aos ACP e ainda mais entre os Estados africanos. Na Cimeira UE-África, em Dezembro de 2007, verificou-se uma intensificação das opiniões entre os líderes africanos que estavam a 'perder a paciência' com a dureza das posições da União Europeia sobre os APE. Estes continuam a não estar convencidos de que os APE favorecem realmente o desenvolvimento, tal como proposto, e sentem que a União Europeia deve seguir uma linha mais simpática. Embora as mensagens mais positivas da Estratégia Conjunta UE-África possam fazer algo para atenuar este facto, na verdade uma estratégia conjunta é útil apenas se permitir que ambas as partes encontrem soluções satisfatórias para as questões que as dividem.

Na segunda metade do ano e com a Presidência Francesa, a atenção da UE voltar-se-á também para questões internas e para as mudanças institucionais que deverão ter lugar em 2009. Uma das questões principais no âmbito da cooperação para o desenvolvimento é a nomeação do Alto Representante para a Política Externa e de Segurança, que a Presidência Francesa espera ter nomeado no final do seu mandato. Uma segunda questão diz respeito à composição e ao modus operandi do novo serviço diplomático, o SEAE. Continuarão igualmente as preparações para a eleição de um novo Parlamento Europeu e para a nomeação de uma nova Comissão em meados de 2009.

Notas

- 1 *Banco Africano de Desenvolvimento, Africa Records Highest Growth in Two Decades, Press release, 14 de Maio de 2007.*
- 2 *'Sarkozy to push for five new UN Security Council members', Agence France-Presse, 8 de Janeiro de 2008.*
- 3 *Discurso do Presidente Sarkozy sobre política externa, Agosto de 2007.*
- 4 *'MEPs want new EU high level positions filled after EP elections in 2009', European Voice, 18 de Outubro de 2007.*
- 5 *Tratado da União Europeia (TUE), Artigo 27, parágrafo 3.*
- 6 *Conselho da União Europeia (2005) Joint Progress Report by the Secretary-General/High Representative and the Commission on the European External Action Service, Bruxelas, 9 de Junho, 9956/05, CAB 24, RELEX 304.*
- 7 *De acordo com o programa de trabalho para 2008, a Comissão tenciona publicar uma comunicação que englobe ambas as matérias e a coerência de políticas. A comunicação,*

- prevista para Março de 2008, tem um título provisório de *EU Development Aid: Doing More, Better and Faster – Delivering on Our Commitments e deverá incluir um 'Roadmap para Acra'*.
- 8 'Slovenia criticises French Mediterranean Union proposal', *EU Observer*, 17 de Janeiro de 2008.
 - 9 Banco Mundial (2007) *The 2007 Global Monitoring Report on the Millennium Development Goals (MDGs): The Challenges of Gender Equality and Fragile States*. Washington, D.C.: World Bank.
 - 10 Comissão Económica para África (2007) *The Monterrey Consensus and Development in Africa: Progress, Challenges and Way Forward*, Agosto, Adis Abeba, Etiópia.
 - 11 CONCORD (2007) 'Hold the applause! EU governments risk breaking aid promises', Maio, Confederação das ONG europeias para a emergência e o desenvolvimento.
 - 12 *The Millennium Development Goals at the Midway Point*, ref. INI/2007/2103, base legal REG 045, dossier do comité DEVE/6/49116, baseado do relatório da iniciativa elaborado por Glenys KINNOCK (PSE, UK).
 - 13 Para o FED, estas alterações constam da Regulamentação do Conselho no. 617/2007, 14 de Maio de 2007, sobre a implementação do 10º FED no âmbito do Acordo de Parceria CE-ACP (*Jornal Oficial da UE*, OJ L 152, 13 de Junho de 2007).
 - 14 Regulamentação do Conselho no. 617/2007, 14 de Maio de 2007, sobre a implementação do 10º FED no âmbito do Acordo de Parceria CE-ACP (*Jornal Oficial da UE*, OJ L 152, 13 de Junho de 2007: 1)
 - 15 O 'contrato ODM' será uma modalidade distinta de implementação para o apoio orçamental, que permitirá fornecer um nível de apoio mínimo e virtualmente garantido, para um período mínimo de seis anos. *Technical Discussion Paper on an 'MDG Contract': A Proposal for Longer Term and More Predictable General Budget Support*, Comissão Europeia/ACPI-Assuntos Gerais, Governação Económica e Apoio Orçamental, 19 de Junho de 2007.
 - 16 Parágrafo 32 do Consenso Europeu sobre Desenvolvimento.
 - 17 OCDE (2007) *2006 Survey on Monitoring the Paris Declaration: Overview of the Results*. Paris: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Os dados utilizados na figura 1 dizem respeito à UE-15 com excepção da Grécia, uma vez que não existiam dados sobre este país
 - 18 As reuniões técnicas da UE estão previstas para o início de Fevereiro e Março de 2008. A Presidência eslovena lançará um debate sobre coordenação e divisão de trabalho, com vista a acolher duas conferências importantes sobre desenvolvimento e sobre a eficácia na ajuda ao desenvolvimento.
 - 19 O relacionamento UE-África tem estado historicamente fragmentado em três acordos e políticas: A Parceria Euro-Mediterrânica com o Norte de África, o Acordo de Parceria de Cotonou para a África Subsaariana e o Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação com a África do Sul.
 - 20 Apesar dos textos de regulamentação para o FED e PEV terem sido emendados para permitir o co-financiamento do trabalho pan-africano, pode afirmar-se que está ainda a grande distância uma capacidade da Comissão preparar conjuntamente com a Comissão da UA um documento de estratégia regional e um programa indicativo regional associado, como faria com outras organizações regionais mais pequenas.
 - 21 Benita Ferrero-Waldner, *Slovenia's Upcoming Presidency*, SPEECH/07/522 Discurso na Conferência de Embaixadores da República da Eslovênia, Bruxelas, 11 de Setembro de 2007 e Comissão Europeia (2007) *Communication from the Commission to the Council and the European Parliament on a Strong European Neighbourhood Policy*, Bruxelas, 5 de Dezembro COM(2007) 774.
 - 22 Conselho da União Europeia (2007) *The South Africa-European Union Strategic Partnership: Joint Action Plan*, Council Press Release 9650/07, Bruxelas, 15 de Maio.
 - 23 No âmbito da parceria sobre migração, mobilidade e emprego, foram identificadas três acções prioritárias: (i) implementar a declaração da conferência ministerial de Tripoli sobre migração e desenvolvimento; (ii) implementar o plano de acção UE-África sobre o tráfico de seres humanos; (iii) implementar e dar seguimento à Declaração de Uagadugu de 2005 e ao Plano de Acção sobre o emprego e a luta contra a pobreza em África.
 - 24 União Africana e União Europeia (2007) *Lisbon Declaration: Africa-EU Summit*, 8–9 de Dezembro. Disponível em: www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/BAC34848-05CC-45E9-8F1D-8E2663079609/0/20071208LISBONDeclaration_EN.pdf
 - 25 Parceria Estratégica UE-África (2007) *A Joint Africa-EU Strategy*, 9 de Dezembro, p. 21. Disponível em: www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/D449546C-BF42-4CB3-B566-407591845C43/0/071206jsapenlogos_formatado.pdf
 - 26 'Untapped: The scramble for Africa's oil', Entrevista com o autor John Ghazvinian, 17 de Maio de 2007. Disponível em: www.democracynow.org/article.pl?sid=07/05/17/1350254
 - 27 O programa de trabalho da Comissão para 2008 indica a intenção de publicar a comunicação sobre a União Europeia, a África e a China (*Towards Trilateral Dialogue and Cooperation on Africa's Peace, Stability and Sustainable Development*).
 - 28 Todos os não-PMA em África assinaram um acordo, com excepção da África do Sul, Nigéria, Gabão e República do Congo (Brazzaville). No Pacífico, todos os países à excepção das Ilhas Fiji, da Papua Nova-Guiné (ambos com acordo assinado) e de Vanuatu têm pouco ou nenhum comércio com a União Europeia. Assim, a perda de preferências afectará estes países apenas de forma marginal. A África do Sul exportará para a União Europeia no quadro do seu próprio Acordo de Comércio e Cooperação para o Desenvolvimento (ACCD). A Nigéria, que é a maior economia da CEDEAO, tem demonstrado relutância em assinar um acordo; a maioria das suas exportações consiste em petróleo e gás, as quais não são afectadas pelas alterações nas preferências do SPG.
 - 29 Conselho da União Europeia, *Conclusões do Conselho sobre o Acordo de Parceria Económica*, 20 de Novembro de 2007.
 - 30 A África do Sul recusou até agora assinar um acordo no âmbito da União Aduaneira da África Austral. Assim, a realização de um acordo pode até nem ser exequível, uma vez que o Tratado da SACU proíbe os seus signatários de efectuarem acordos comerciais individualmente.
 - 31 Em consequência dos APE, é provável que os países ACP enfrem perdas nos fundos públicos, devido à redução de receitas aduaneiras. A liberalização do comércio acarreta, igualmente, custos de ajustamento para reestruturação das suas economias e os países ACP requererão apoio para sustentar as suas capacidades produtivas, de forma a tirarem vantagem plena das novas oportunidades de exportação.
 - 32 Conselho da União Europeia, *EU Strategy on Aid for Trade: Enhancing EU Support for Trade-related Needs in Developing Countries*, Bruxelas, 11 de Outubro de 2007, 13070/07.
 - 33 *Commission Legislative and Work Programme 2008*, COM (2007) 640 final, Bruxelas, 23 de Outubro de 2007.
 - 34 Conselho da União Europeia, GAERC, *Conclusions on Security and Development*, Bruxelas, 19-20 de Novembro de 2007, p. 6.
 - 35 *Towards an EU Response to Situations of Fragility: Engaging in Difficult Environments for Sustainable Development, Stability and Peace* (SEC(2007) 1417), Comissão Europeia, COM (2007) 643 final, Bruxelas, 25 de Outubro de 2007.
 - 36 Conselho da União Europeia (2007) *Council Conclusions: External Relations*, Bruxelas, 14-15 de Maio, p. 22.
 - 37 Conselho da União Europeia (2007) 2830th Reunião do Conselho, Assuntos Gerais e Relações Externas, *Council Conclusions: General Affairs*, Bruxelas, 19 de Novembro, 15238/07 (Presse 261), p. 21.
 - 38 *From Early Warning to Early Action: Developing the EU's Response to Crisis and Longer-term Threats*, EU Press Release, ref. IP/07/1668, 9 de Novembro de 2007.
 - 39 Seibert, Bjoern H. (2007) *African Adventure? Assessing the European Union's Military Intervention in Chad and the Central African Republic*, MIT Security Studies Program Working Paper.
 - 40 'Chad: A peacekeeping puzzle for Europe. A small European force runs into big problems in central Africa', *The Economist*, edição impressa, 13 de Dezembro de 2007.
 - 41 *Council Conclusions on Guinea-Bissau*, Reunião do CAGRE, Bruxelas, 19-20 de Novembro de 2007.
 - 42 *Communiqué, 9th Africa-EU Ministerial Troika Meeting, Acra*, 31 de Outubro de 2007, pp. 12-13.

Fontes de Informação

Mais informação relacionada com este paper, incluindo versão mais detalhada do calendário
www.ecdpm.org/Challenges2008

Informação sobre o trabalho do ECDPM sobre a cooperação UE-ACP
www.ecdpm.org

Informação sobre a implementação da Estratégia Conjunta UE-África
www.europafrika.org/

Projecto conjunto da Action Aid e ECDPM "Wither EC Aid"
www.weca-ecaid.eu/

A Iniciativa "3C" (coordenação, complementaridade e coerência)
www.three-cs.net

Informação sobre as questões comerciais UE-ACP
www.acp-eu-trade.org/

Principais Debates na UE e nos países ACP com impacto nas Relações EU-ACP
www.dgroups.org/groups/cool/index.cfm

Assembleia Parlamentar Paritária UE-ACP
www.europarl.europa.eu/intcoop/acp/10_01/default_en.htm

Secretariado ACP
www.acpsec.org/

União Africana
www.africa-union.org/

Comissão Europeia, DG Desenvolvimento
http://ec.europa.eu/comm/development/index_en.htm



www.ecdpm.org/infocentre

Comissão Europeia, Gabinete de Cooperação EuropeAid
http://ec.europa.eu/europeaid/index_en.htm

Comissão Europeia, DG Relações Externas
http://ec.europa.eu/comm/external_relations/index.htm

Questões Comerciais da União Europeia
http://ec.europa.eu/trade/issues/index_en.htm

Parlamento Europeu, Comité de Desenvolvimento
www.europarl.europa.eu/committees/deve_home_en.htm

Conselho da União Europeia
www.consilium.europa.eu/cms3_fo/index.htm

Presidência Eslovena da UE
www.eu2008.si/en/

Presidência Tripartida – Alemanha, Portugal, Eslovénia
www.eu2007.de/en/The_Council_Presidency/trio/index.html

Lista de Acrónimos

AAA	Agenda de Acra para a Acção	EBA	Everything But Arms ("tudo menos armas")	PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
ACCD	Acordo de Comércio e Cooperação para o Desenvolvimento	ESA/AO	África Austral e Oriental	PEV	Política Europeia de Vizinhança
ACP	África, Caraíbas e Pacífico	FED	Fundo Europeu para o Desenvolvimento	PMA	Países Menos Avançados
AfT	Aid for Trade ("ajuda para o comércio")	FMI	Fundo Monetário Internacional	PNB	Produto Nacional Bruto
ALC	América Latina e Caraíbas	G-8	Grupo dos Oito	SACU	Southern African Customs Union (União Aduaneira da África Austral)
AMIS	African Union Mission in Sudan (Missão da União Africana no Sudão)	CAGRE	Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas	SADC	Southern African Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento	GT-EA	Grupo de Trabalho do CAD sobre a Eficácia da Ajuda	SEAE	Serviço Europeu de Acção Externa
APE	Acordo de Parceria Económica	ICD	Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento	SGF	Sistema de Gestão Financeira
ARPES	Alto Representante da União para a Política Externa e de Segurança	IEVP	Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria	SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
AT	Assistência Técnica	NU	Nações Unidas	UA	União Africana
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento	OCDE	Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento	UE	União Europeia
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento	ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	UE-15	Estados-Membros da UE antes do alargamento de 2004
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	OMC	Organização Mundial de Comércio	UNAMID	United Nations- African Union Mission in Darfur (Missão das Nações Unidas e da União Africana no Darfur)
CPD	Coerência das Políticas para o Desenvolvimento	OSC	Organizações da Sociedade Civil		

O 'InBrief' fornece informação resumida de base sobre os principais debates e actividades na cooperação CE-ACP. Estes resumos complementares são elaborados a partir de consultas que o Centro Europeu de Gestão de Políticas de Desenvolvimento (ECDPM) leva a cabo com numerosos actores estatais e não-estatais, nos países da UE e nos Estados ACP. O Centro é uma organização independente que procura facilitar a cooperação internacional entre a CE e os ACP. A reprodução da informação que consta no presente documento é autorizada, desde que citada a respectiva fonte

European Centre for Development Policy Management
 Centro Europeu de Gestão de Políticas de Desenvolvimento
 Onze Lieve Vrouweplein 21
 NL-6211 HE Maastricht
 Holanda

O ECDPM agradece o apoio recebido para a InBrief por parte dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, do Luxemburgo, da Holanda e da Suécia, da Direcção-Geral de Cooperação para o Desenvolvimento da Bélgica, da Ajuda Irlandesa, da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento em Portugal, e do Departamento para o Desenvolvimento Internacional no Reino Unido.

Tel +31 (0)43 350 29 00 Fax +31 (0)43 350 29 02
info@ecdpm.org www.ecdpm.org